

BRASIL E PARAGUAI: O AGRAVAMENTO DAS TENSÕES E O PRELÚDIO DA GUERRA

BRAZIL AND PARAGUAY: THE ESCALATION OF TENSIONS AND THE PRELUDE TO WAR

MONTEIRO, Alexandre Borella *

<https://orcid.org/0000-0002-9527-8106> 

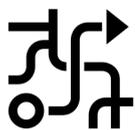
RESUMO: O presente artigo pretende analisar o cenário que antecedeu à Guerra do Paraguai. Com isso, adentraremos na questão sobre o agravamento das tensões envolvendo Brasil e Paraguai que desencadeariam a guerra travada entre 1864 e 1870. O objetivo é demonstrar a escalada nas divergências existentes entre ambos os países que foram se transformando em animosidade e desembocaram o Paraguai sofreria grande destruição. A metodologia aplicada neste artigo será a revisão bibliográfica sobre o assunto, abordando desde livros atuais e clássicos, bem como dissertações produzidas nos dias atuais. Com isso, pretende-se dissertar sobre a Guerra do Paraguai, abordando duas de suas causas: questões de navegação e a de limites entre Paraguai e Brasil, que se agravaram a partir de 1840 e principalmente depois da queda de Rosas em Buenos Aires. A estabilidade política alcançada com a ascensão de Dom Pedro II, o fim das rebeliões regenciais (a Revolução Farroupilha termina em 1845) dão ao Brasil condições de passar para uma política de imposição no continente sul-americano. Sobretudo com o fim da era Rosas em Buenos Aires e da possível ameaça que ele representava, o Império brasileiro passa a pressionar o Paraguai para impor suas reivindicações quanto à navegação dos rios internos deste país e quanto a consolidação das fronteiras de acordo com seus entendimentos. Entretanto, conforme sabemos, essa situação acabaria por desencadear a guerra em 1864.

Palavras-chave: Fronteiras; Geopolítica; Navegação.

ABSTRACT: This article intends to analyze the scenario that preceded the Paraguayan War. With that, we will enter into the question about the aggravation of the tensions involving Brazil and Paraguay that would trigger the war fought between 1864 and 1870. The objective is to demonstrate the escalation in the existing divergences between both countries that were turning into animosity and that ended Paraguay would suffer great undoing. The methodology applied in this article will be the bibliographic review on the subject, covering current and classic books, as well as dissertations produced today. With this, we intend to talk about the War of Paraguay, addressing two of its causes: questions of navigation and the limits between Paraguay and Brazil, which became worse after 1840 and mainly after the fall of Rosas in Buenos Aires. The political stability achieved with the rise of Dom Pedro II, the end of the regime rebellions (the Farroupilha Revolution ended in 1845) gave Brazil the conditions to move towards an imposition policy on the South American continent. Especially with the end of the Rosas era in Buenos Aires and the possible threat it posed, the Brazilian Empire began to pressure Paraguay to impose its demands on the navigation of the country's internal rivers and on the consolidation of the borders according to its understandings. However, as we know, this situation would eventually trigger the war in 1864.

Keywords: Borders; Geopolitics; Navigation.

* Alexandre Borella Monteiro. Graduado em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialização em Humanidades - área de concentração em História, pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutorado em andamento em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Vínculo Institucional: Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal Farroupilha Campus de Frederico Westphalen (RS). E-mail: alexandre_borella_monteiro@hotmail.com.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo analisará a relação entre Brasil e Paraguai no intervalo de 1840 a 1864 e como o agravamento das divergências entre ambos os países acabou levando-os ao conflito armado que conhecemos como Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870. O objetivo é verificar como questões de fronteira e navegação dos rios foram se agravando até se tornarem uma das causas para um confronto bélico. Não pretendemos, afirmar categoricamente que a Guerra do Paraguai foi causada unicamente por estas divergências, mas sim, apontar que elas foram dois fatores dentre muitos, que causaram este conflito armado na segunda metade do século XIX.

A metodologia aplicada para a confecção deste artigo será a revisão bibliográfica de livros escritos por historiadores sobre o tema. Abordaremos autores que vão de Joaquim Nabuco a atuais como Francisco Doratioto e Mário Maestri que dissertam sobre o tema, bem como dissertações de Mestrado que abordam esta questão.

As divergências entre Brasil e Paraguai no tocante às fronteiras referiam-se à região compreendida entre o Rio Branco e o Rio Apa. Para os imperiais, este território pertenceria ao Brasil. Entretanto, os paraguaios defendiam que fossem respeitadas as marcações do Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Em 1854, há uma primeira ameaça de guerra. Em 1853, o plenipotenciário brasileiro no Paraguai, Felipe José Pereira Leal, é expulso. Em seu lugar, é enviado Pedro Ferreira de Oliveira com os objetivos de: exigir satisfações pela expulsão do plenipotenciário anterior; além de colocar em pauta as reivindicações brasileiras quanto às fronteiras e a navegação. Ele iria acompanhado de esquadra militar e armamentos. A guerra não ocorre por detalhes. Acordos foram feitos, mas as questões sobre fronteiras e navegabilidade dos rios não eram resolvidas de forma cabal, sendo apenas postergadas. Como ninguém cedia, não havia como encerrar as discussões apenas no campo diplomático. A guerra era iminente e inevitável.

BRASIL E PARAGUAI. O AGRAVAMENTO DAS TENSÕES

Neste tópico, veremos como a relação entre o Império brasileiro e a República do Paraguai foi ganhando contornos bélicos e como a tensão foi crescendo até chegar à guerra. Esta tensão passou a existir, sobretudo, com a queda de Rosas quando questões de fronteiras e navegabilidade dos rios não resolvidas ou com desfechos protelados, acabaram por selar o destino da nação paraguaia.



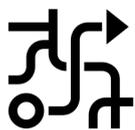
De 1811 a 1840, o Paraguai se caracterizou por um enclausuramento. Uma política de pouco contato com seus vizinhos. Isso se deu pela necessidade de se manter independente. Teve como consequência um desenvolvimento diferenciado de seus vizinhos. Moniz Bandeira, em seu livro “*O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*”, escreve que:

Dentre os Estados que se desmembraram do Vice-Reino do Rio da Prata, apenas o Paraguai não passara pela experiência da guerra civil e não se imiscuíra nas contendidas da região, durante pelos menos, trinta anos da Ditadura de D. José Gaspar Rodriguez de Francia. Localizado na mesopotâmia da Bacia do Prata, à margem das correntes internacionais do comércio, contraía-se, qual molusco dentro da concha, ao deparar-se com óbices que Buenos Aires lhe antepôs às exportações de erva-mate, madeira e tabaco, a partir de 1810. Não lhe restara como alternativa senão enclausurar-se e, na medida do possível, tornar-se auto-suficiente, a fim de manter-se praticamente autônomo. Neste particular, a geografia favoreceu-se, por também dificultar acesso ao seu território. [...] O insulamento do Paraguai, menos desejado do que imposto pelas contingências, condicionou a solidificação de um tipo de economia, em que o Estado representava o principal agente de produção e do comércio, fomentando ou regulamentando, rigorosamente, todas as atividades. Esta economia, que não ultrapassara a fase pré-monetária, modelara-se nas ruínas remanescentes do sistema colonial e da República Guarani. (BANDEIRA, 1995, pp.118-119)

Durante o governo de José Gaspar Rodrigues de Francia (1766-1840), os paraguaios tiveram de lutar para manter a independência de seu país. Buenos Aires tratava-o como província rebelde e ao se defender da pressão portenha, o Paraguai acabaria encontrando apoio no Brasil imperial. Apoio este, que teria fim após a Batalha de Monte Caseros (1852) que culminou com a derrota de Juan Manoel de Rosas (1793-1877). A partir de então, Paraguai e Brasil entrariam em rota de colisão. Aquele pretendia fixar as fronteiras com o Império, uma vez que seu território ao norte era constantemente invadido pelos súditos de Dom Pedro II, que estabeleciam posses irregulares. Já este país exigia a livre navegação do rio Paraguai, pois era fundamental para poder acessar a província do Mato Grosso. (TEIXEIRA, 2012, pp.19-20).

Entre 1824 e 1829, o cônsul do Império Antônio Manuel Correia da Câmara fez viagens diplomáticas ao Paraguai, apesar de não reconhecer este país como nação soberana, por temer retaliações de Buenos Aires. O Brasil e o Paraguai tinham pretensões divergentes quanto às fronteiras. Os imperiais pretendiam fixá-las incorporando ao Império as terras à margem direita do Alto Paraguai entre o rio Apa e o rio Branco, utilizando o princípio do *uti possidetis*⁸⁸. Os paraguaios desejavam manter as fronteiras baseadas no Tratado de Santo

⁸⁸ *Uti possidetis*: Princípio do direito internacional que reconhece a legalidade e a legitimidade do Estado que ocupa e que tem o controle político e militar de uma região em disputa. Disponível em:



Ildefonso (1777). A questão que motivaria a ida da expedição bélico-diplomática ao Paraguai em 1854 seria a navegação dos rios interiores paraguaios. (TEIXEIRA, 2012, p.43).

O Império brasileiro tinha como objetivo em sua política no rio da Prata definir as fronteiras com os vizinhos, bem como garantir a navegação nos rios internacionais da região. Isso seria assegurado, pelo pensamento da década de 1840, garantindo que nem o Uruguai, nem o Paraguai fossem anexados ao poder de Buenos Aires, sob o governo de Rosas. Havia o temor que caso ocorresse esta anexação, o Estado imperial acabaria ficando vulnerável frente às forças rosistas. (DORATIOTO, 2014, pp.31-32).

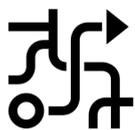
A política paraguaia se altera em 1840, com a morte de Francia e o início do governo de Carlos Antonio López (1790-1862). López passou a retirar o Paraguai de seu isolamento, colocando-o na política platina. Segundo escreve Francisco Doratioto em seu livro *Conflito com o Paraguai*:

Sob Francia, o Paraguai, isolado, desenvolveu a agropecuária, destacando-se o cultivo de tabaco, a criação de gado e a exploração de erva mate. O reconhecimento argentino da independência paraguaia, na década de 1850, pôs fim às dificuldades de navegação para o país guarani e Carlos López pôde, gradualmente, retirá-lo de seu isolamento. Foi então promovida a exportação de produtos primários, para que a economia paraguaia obtivesse recursos monetários para importar manufaturados. (DORATIOTO, 1996, p13)

E como a questão de fronteiras evoluiu para a beira de um conflito armado em 1854? Em 1844, o Brasil enviava a Assunção o diplomata José Antonio Pimenta Bueno para tratar do reconhecimento da independência paraguaia e firmar uma aliança contra o governante de Buenos Aires, Juan Manoel de Rosas. Dentre outras coisas, ficou reconhecida a fronteira entre os dois países, a fixada pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. A princípio, os dois países se tornavam aliados contra um inimigo comum. Entretanto, o tratado assinado entre o Brasil imperial e o Paraguai expiraria em janeiro de 1852. (TEIXEIRA, 2012, p.48).

Em 1850 a relação Brasil – Paraguai quase terminou em guerra, depois de um incidente diplomático. A fronteira entre os dois países no Mato Grosso permanecia em constante tensão e ambos os países passaram a criar fortificações militares. Neste ano, foi estabelecido um forte militar na localidade de Fecho dos Morros, na colina o Pão de Açúcar, sendo desalojado pelo exército paraguaio. A guerra só não ocorreu nesta data, por causa do inimigo em comum: Rosas. Não interessava ao Brasil a queda do Paraguai às mãos do governante de Buenos Aires e este país necessitava de apoio para manter-se independente. Neste clima, foi assinado o tratado de 25 de dezembro, onde o Império e o Paraguai

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/uti%20possiditis/> pesquisado em 01/10/2020, às 19:35.



esqueciam por enquanto as diferenças e se aliavam contra Buenos Aires. Dentre outras coisas, o tratado previa proteção mútua em caso de ataque de Buenos Aires, a livre navegação do rio Paraguai até o rio da Prata, além da troca de armamentos. Entretanto, após a queda de Rosas, a relação entre Brasil e Paraguai passou a se modificar. (TEIXEIRA, 2012, pp.50-51).

Sobre este incidente, temos a narrativa do engenheiro inglês George Thompson, em seu livro “*A Guerra no Paraguai*”, publicado pela primeira vez em 1869, que discorre da seguinte maneira:

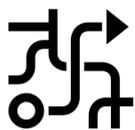
As primeiras diferenças com o Brasil começaram na fronteira norte em 1850, quando o Brasil reivindicava o Rio Apa como sua fronteira, e o Paraguai reivindicava o Rio Branco. O Brasil ocupou o Pão de Açúcar, uma colina no território disputado, e foi expulso pelos paraguaios. A disputa ficou em suspensão aqui, e um tratado foi feito, deixando a questão fronteiriça em aberta. Desde então, o Paraguai sempre ocupou o território disputado. (THOMPSON, 2014)

Em 1851 o governador de Entre Rios Justo José de Urquiza rompe com Juan Manuel de Rosas e assina um tratado com o Brasil de aliança. Seu alvo inicial foi Manuel Oribe, objetivando pacificar o Uruguai. Previa-se retaliação do aliado oriental em Buenos Aires, Rosas. E após a rendição de Oribe, Rosas declarou guerra ao Império. Então este assinou um tratado com as províncias de Entre Rios e Corrientes para derrotarem o governador de Buenos Aires. E em 1852, a aliança formada pelo Império e Urquiza derrota Rosas na batalha de Monte Caseros. Após isso, o governante de Buenos Aires pede asilo político na Inglaterra, onde passou seus últimos anos de vida, vindo a falecer em 1877. (DORATIOTO, 2014, pp.32-33).

Conforme mencionado, em 1852 expirava o tratado entre Brasil e Paraguai, onde ambos países se aliavam contra Rosas. Neste mesmo ano, ocorreu a batalha de Monte Caseros, onde Juan Manoel de Rosas é derrotado, colocando fim a uma era no Rio da Prata. Findava também a ameaça representada pelo governante de Buenos Aires e o motivo pelo qual Brasil e Paraguai não entravam em guerra.

O FIM DA AMEAÇA ROSISTA E O PRELÚDIO DA GUERRA

Com a derrota de Juan Manoel de Rosas na batalha de Monte Caseros, o governante de Buenos Aires deixa de ser uma ameaça ao Paraguai. Também deixa de representar um problema, pois não seria mais tão significativa a ameaça de Buenos Aires dominar o Paraguai, desequilibrando as forças na Bacia do Rio da Prata.



Com o fim da ameaça que pairava sobre Paraguai e Brasil, voltaram à tona as questões referentes às fronteiras entre estes países. Segundo escreve o historiador Francisco Doratioto:

Para alcançar todos os seus objetivos faltava ao Estado monárquico obter que a Confederação e o Paraguai aceitassem definir as fronteiras com o Brasil a partir do critério do *uti possidetis*. Quanto ao Paraguai, durante a década de 1840, por constituir Rosas ameaça comum, os governos brasileiro e paraguaio, de Carlos Antonio López, estreitaram relações, mas com a queda desse ditador, em 1852, elas se tornaram difíceis. Isso decorria, principalmente, da discordância quanto à definição de fronteira, que para o Paraguai, baseando-se em títulos da época colonial, era o rio Branco, enquanto para o Império, recorrendo ao *uti possidetis*, era o rio Apa. O governo de Carlos Antonio López condicionou a livre navegação do rio Paraguai às embarcações de bandeira brasileira à aceitação pelo Império do rio Branco como fronteira. (DORATIOTO, 2014, p.36).

Em 1852 foi nomeado Felipe José Pereira Leal como plenipotenciário no Paraguai, com o objetivo de ajustar as questões de limites e fronteiras entre os dois países. Foi exigida a livre navegação do rio Paraguai e a fixação da fronteira na margem direita do rio Apa. Como resposta, o governo paraguaio lhe devolveu os passaportes e expulsou-o em 1853. (TEIXEIRA, 2012, p.54).

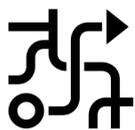
É claro que esta ação do governo paraguaio não passaria sem uma resposta do governo imperial. Era necessário ajustar os termos com o Paraguai, como as fronteiras litigiosas, além da navegação dos rios internos. Além disso, somava-se agora o fato de o Império exigir satisfações pela expulsão do plenipotenciário Felipe José Pereira Leal.

Em 10 de dezembro de 1854, partiu do Rio de Janeiro uma expedição naval, com mais de trinta navios de guerra, armados com cerca de 150 canhões e aproximadamente três mil soldados, rumo ao Paraguai. A “missão Pedro Ferreira de Oliveira” [nome do novo plenipotenciário no Paraguai], assim chamada pelo parlamento imperial na época, tinha como principal objetivo obter a livre navegação do rio Paraguai e ajustar as fronteiras com o Paraguai. (TEIXEIRA, 2012, p.58)

A relação entre os dois países dava sinais de guerra iminente. Nenhum dos dois países parecia disposto a ceder. Segundo Fabiano Barcellos Teixeira:

Pedro Ferreira de Oliveira foi instruído a por fim às desavenças com o Paraguai. A guerra seria provável, pois, conforme visto, os dois Estados não recuavam nas suas maiores intenções: o Império desejava a completa navegação pelo rio Paraguai e o governo da nação guarani condicionava tal direito mediante a revisão das fronteiras litigiosas, algo que o Império nem cogitava, a não ser sob suas condições. (TEIXEIRA, 2012, p.73)

Depois de 72 dias de viagem, a esquadra chegou à fronteira com o Paraguai. Entretanto, o plenipotenciário e chefe da esquadra imperial Pedro Ferreira de Oliveira foi advertido pelo capitão paraguaio Pedro Ignazio Meza a se dirigir com apenas um dos navios, sob pena de haver confronto. O almirante brasileiro aceitou a intimação. Ocorre também



que o navio que transportava o plenipotenciário brasileiro encalhou, precisando inclusive ser rebocado pelos paraguaios. (TEIXEIRA, 2012, p.79).

O plenipotenciário no Paraguai, Pedro Ferreira de Oliveira aceitou a intimação de Pedro Ignazio Meza e se dirigiu no navio deste até Assunção, onde levaria as negociações a que se propunha no Paraguai. Fora recebido e o primeiro objetivo foi de pronto alcançado: o pedido de desculpas pela expulsão de Felipe José Pereira Leal em 1853. Os outros pontos, entretanto, seriam mais delicados. O primeiro, dizia respeito à fronteira entre os dois países, uma vez que o Império sustentava o conceito do *uti possidetis*, para justificar a posse sobre as terras entre o rio Apa e o rio Branco. Para o representante do governo paraguaio na ocasião, Francisco Solano López, filho do então presidente Carlos Antonio López, este princípio gerava interpretações dúbias a respeito da posse das terras em questão. O representante imperial não aceitou esta afirmação, salientando que a posição do Brasil não deixava espaço para dúvidas, nem para interpretações dúbias. Pedro Ferreira de Oliveira destacava ainda, que a demora na assinatura de um tratado de comércio e navegação causaria prejuízos a um país que até então fora pacífico e amigo da República do Paraguai. (TEIXEIRA, 2012, p.94).

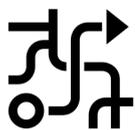
Assim, o plenipotenciário do governo imperial considerou mais prudente não forçar a situação e optar pela diplomacia ao invés da força, o que seria alvo de críticas posteriormente no Brasil. Segundo Teixeira:

Pedro Ferreira de Oliveira possuía experiência em assuntos políticos, mas não era diplomata de carreira. O almirante era um militar mais experiente em combate do que nas relações exteriores. Portanto, as conferências assinalaram a vitória da diplomacia paraguaia contra a estratégia bélica inadequada do império do Brasil. O comandante imperial teve poucas opções, só restou a tentativa pacífica de acordo. Seria um possível suicídio invadir o Paraguai com a esquadra navegando a baixa ou nula velocidade. As conferências deram fortes indícios de que o império do Brasil e a república do Paraguai não se entenderiam amistosamente. (TEIXEIRA, 2012, p.101)

Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, de 1899, dá um panorama geral sobre todo o episódio em questão, desde a expulsão do plenipotenciário Felipe José Pereira Leal até a expedição liderada por Pedro Ferreira de Oliveira nas seguintes palavras:

A paz só podia ser fruto de uma contínua vigilância e de uma consumada prudência. Um momento esteve ela ameaçada. Com efeito, no Paraguai o gabinete herdava uma situação perigosa. Em agosto de 1853 López I⁸⁹ tinha mandado os passaportes ao ministro brasileiro, Leal, acusando-o em nota de “dedicar-se à intriga e à impostura em ódio ao Supremo Governo do Estado” e de levantar atrozes calúnias contra ele. Estava assim aberta entre os dois países uma questão que podia levar à guerra, e de fato, bastava ter

⁸⁹ Aqui Joaquim Nabuco está se referindo a Carlos Antonio López, presidente do Paraguai. O autor faz uma alusão às Monarquias, certamente pelo fato de que a presidência passaria para o filho do então presidente do Paraguai, Francisco Solano López.



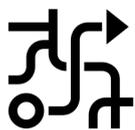
sido encaminhada de outro modo pelos próprios acontecimentos, para ter levado à guerra. Para exigir uma satisfação do Presidente do Paraguai pela ofensa feita ao nosso ministro o governo mandou a Assunção uma esquadra sob o comando do chefe Pedro Ferreira, que ia como plenipotenciário. A esquadra parou, por intimação, na embocadura do Paraguai, seguindo o chefe em um só vapor, o Amazonas o qual encalhou antes de Assunção. Trocou-se então uma singular correspondência entre o Enviado Brasileiro e o governo paraguaio, acabando este por permitir a subida de vapores menores para safar o Amazonas. Com tais começos a missão estava fadada a nada conseguir. A atitude de Pedro Ferreira foi muito censurada na época: provavelmente, porém, ele fez o que era mais prudente e avisado quando desistiu de forçar a subida do Paraguai [o rio] diante da intimação de López. [...] O espírito do gabinete era de ação e energia; as dificuldades, porém, de uma campanha contra o Paraguai, mesmo nesse tempo, foram melhor apreciados pelo próprio Almirante que preferiu a condescendência ao rompimento. A missão Pedro Ferreira, foi em todo o caso, um desastre diplomático. (NABUCO, 1899, pp.218-219)

Não somente o plenipotenciário brasileiro no Paraguai foi criticado, como os acordos firmados com Francisco Solano López, que representava o governo paraguaio não foram aceitos pelo governo imperial. Em 27 de abril de 1855 foi assinado o tratado de amizade e comércio entre Pedro Ferreira de Oliveira e Francisco Solano López. Entretanto, o governo imperial não aceitou as condições do mesmo, desautorizando os acordos pactuados. O governo brasileiro insistia no direito à plena navegação e discordava das exigências territoriais paraguaias. O tratado foi rechaçado. (TEIXEIRA, 2012, p.102).

Em 1856, José Berges, substituindo Francisco Solano López, foi enviado ao Brasil negociar um novo tratado, após o anterior ser rechaçado pelo governo imperial. E este tratado foi assinado, liberando a navegação do rio Paraguai, às embarcações comerciais do Brasil até o porto de Corumbá, ligando Mato Grosso ao Rio de Janeiro; passagem de dois barcos de guerra de no máximo 600 toneladas. Entretanto, as questões de fronteiras continuavam sem ser resolvidas, até porque com os tratados, a região entre os rios Apa e Branco se valorizaram. Em 1858, novo tratado assinado entre o ministro imperial José Maria da Silva Paranhos e Francisco Solano López adiou a questão sobre a fronteira até 1862. Ficou acertado que até três navios de guerra imperiais poderiam transitar pelo rio Paraguai, sem limites de armamento ou de peso. Teriam, entretanto de passar por inspeção, comprovando sua nacionalidade, procedência e destino quando passassem pelo Forte Olimpo e por Humaitá. (TEIXEIRA, 2012, pp.107-108).

O CAMINHO PRA GUERRA

A situação geopolítica na bacia do rio da Prata mudou no início da década de 1860. No Paraguai, morre o presidente Carlos Antonio López em 1862 e sucede-o seu filho, Francisco



Solano López. A política paraguaia, durante o governo Francia, se caracterizou pelo isolamento, visando manter a independência nacional. Carlos Antonio López procurou fazer o oposto, colocando o Paraguai no jogo político da bacia do rio da Prata. Foi, contudo, principalmente a partir de 1860, que o Paraguai passou a tencionar exportar produtos primários para o mercado mundial e regional e para isso, precisaria acessar o oceano Atlântico. (DORATIOTO, 2014, p.39)

O engenheiro inglês George Thompson menciona, que a guerra contra o Brasil era vista no Paraguai como inevitável, após os eventos narrados. Segundo podemos ler:

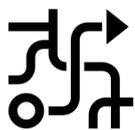
O modo como o Presidente López começou a guerra com os argentinos foi ultrajante, mas com o Brasil a guerra era aparentemente inevitável, e se ele não tivesse começado a guerra naquele momento, o Brasil teria pego o Paraguai desprevenido. (THOMPSON, 2014)

O próprio Thompson reconhece que o governo paraguaio já havia advertido Mitre a respeito do seu comportamento na revolução liderada por Venâncio Flores para depor o presidente Aguirre, aliado paraguaio.

No mesmo ano, o governo paraguaio enviou uma nota ao governo argentino reclamando da assistência e apoio dado por aquele governo ao rebelde Flores, e pedindo explicações sobre o armamento na Ilha de Martin Garcia. Esta é uma ilha na boca dos Rios Paraná e Uruguai, e comanda a navegação em ambos – e, conseqüentemente, a navegação do Paraguai. Na cabeça de López, a Ilha de Martin Garcia teria sido para o Paraguai o que Humaitá era para o Mato Grosso. Por sua posição geográfica ela pertencia à Banda Oriental, mas era (e ainda é) dominada por Buenos Aires. O governo argentino prometeu explicações, mas em 10 semanas eles não as enviaram, e o Paraguai escreveu novamente. Buenos Aires, entretanto, se evadiu da questão. Estas ocorrências não serviram para melhorar os sentimentos entre os dois governos que nunca foram bons. (THOMPSON, 2014)

Mas por que a rebelião de Flores no Uruguai iria desencadear uma guerra envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai? Acontece que neste momento, a política interna uruguaia não era somente a política interna uruguaia. Dela dependia o equilíbrio de forças no rio da Prata e a navegabilidade dos rios internacionais, como o da Prata. Além disso, para o Paraguai, significava poder utilizar o porto de Montevideu para ter acesso ao Oceano Atlântico, algo que ficaria impossível, caso Buenos Aires e a Banda Oriental estivessem sob o controle de inimigos do governo paraguaio. Sobre este assunto, Doratioto escreve que:

[...] o caudilho colorado Venancio Flores, vindo de Buenos Aires, iniciou uma rebelião para derrubar o governo *blanco* do presidente Bernardo Berro. Este se relacionava com Justo José Urquiza, líder da oposição federal argentina, o qual, por sua vez, mantinha contatos com Francisco Solano López, que assumiu a chefia do Paraguai em 1862, após a morte de seu pai. Portanto, no conflito uruguaio havia forças interessadas na organização dos Estados Nacionais na Argentina e no Uruguai e durante a luta aproximaram-se os *blancos* uruguaio, Francisco Solano López e Urquiza, enquanto os governos argentino e o brasileiro, ambos governados por adeptos do pensamento liberal, se aproximavam, interessados na vitória de Flores. Atendendo a demandas de



fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai e buscando equilibrar a influência de Mitre junto aos colorados, o governo imperial interveio a favor dos rebeldes colorados. A intervenção foi possível porque havia a convergência ideológica e de interesses entre Mitre e os novos governantes brasileiros, com estes deixando claro que não tinham interesses em relação ao Estado Oriental que fossem prejudiciais a Buenos Aires. Solano López, por sua vez, via favoravelmente o governo *blanco* uruguaio, um aliado que controlava Montevideú, porto alternativo ao da capital argentina para o comércio externo paraguaio. (DORATIOTO, 2014, p.42)

Thompson menciona a solicitação feita por López a Bartolomé Mitre para cruzar o território argentino, antes da invasão do território e declaração de guerra.

Em 5 de fevereiro de 1865, despachos de López para o General Mitre, então Presidente da Confederação Argentina, chegaram a Buenos Aires, pedindo permissão para um exército paraguaio marchar através da província de Corrientes. Mitre recusou este pedido e pediu explicações a respeito da grande força paraguaia que estava se concentrando em suas fronteiras. (THOMPSON, 2014)

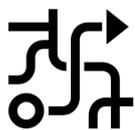
E segue mencionando que Francisco Solano López considerava que:

Afirmou-se que Buenos Aires virtualmente declarou guerra ao se recusar a dar passagem às tropas paraguaias por meio de Corrientes, enquanto ela formalmente tinha permitido que os brasileiros subissem o rio e ameaçassem o Paraguai. (THOMPSON, 2014)

Não podemos desconsiderar o fato de que no ano de 1857, foi publicado um estudo sobre o Paraguai na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado “*Diário da diligência do reconhecimento do Paraguai*”, escrito por Ricardo Franco da Almeida Sierra, engenheiro militar português. O que é este estudo? Trata-se de um diário de viagem feito ao território do que viria a ser o Paraguai. Viagem esta, ocorrida em 1786. A viagem durou de abril a novembro deste ano, perfazendo seis meses e foram percorridas 600 léguas. A expedição fez profundas descrições do terreno paraguaio, dos rios, da vegetação e das dificuldades que se pode encontrar ao percorrer o país guarani. Inclusive, em momentos do relato, são citadas doenças que os expedicionários em questão tiveram de enfrentar até o fim da viagem. A citada expedição se encontra no Tomo 20, impressa no terceiro trimestre de 1857. Lembrando que as hostilidades entre Brasil e Paraguai teriam ocorrido entre 1854 e 1855.

Jorge Caldeira, no livro “*Mauá: empresário do Império*”, de 1995, nos mostra a visão de que Mitre estaria interessado em criar as condições para o Império intervir no Uruguai e no Paraguai, para alcançar seus propósitos.

Os alvos foram logo definidos: o Uruguai, sempre o Uruguai, com seu porto concorrente e ameaça permanente para o monopólio da capital sobre as províncias do interior, e também o Paraguai, uma espécie de fortaleza permanente da política federalista, nação obrigada a se fechar contra o exterior como forma de sobreviver à ameaça eterna do barramento de sua única via de comunicação com o mundo, o rio que passava por Buenos Aires. Para cada um desses adversários Mitre preparou uma política bem a seu estilo:



efetiva, maquiavélica ao extremo, com mensuras na superfície e golpes por baixo da mesa. (CALDEIRA, 1995, p.403)

Segundo Caldeira, longe de manter sua neutralidade, Mitre teria manipulado a ação no Uruguai, por intermédio de Venâncio Flores, possibilitando a queda de Aguirre.

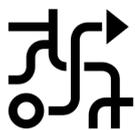
As ações contra o Uruguai, apesar da permanente proclamação de ‘neutralidade’ em relação aos seus adversários do governo uruguaio viviam em Buenos Aires, e Mitre empregava alguns em seus próprios exércitos. Deixando-os soltos para conjurar – embora sempre afirmando ao governo uruguaio seu mais total apoio à legalidade – o presidente argentino começou a alimentar um clima de tensão entre os dois países. Um desses emigrados lhe interessava especialmente: Venâncio Flores, ex-presidente da República, e homem estreitamente ligado aos fazendeiros do interior – mas também aos gaúchos [sic] [fazendeiros] do Rio Grande do Sul, pois estivera ao lado deles nos tempos da Revolução Farroupilha. Alimentando seus projetos, Mitre estimulou-os a buscar apoio no interior, fornecendo uma base de apoio discreta e cuidando com carinho de todos os pedidos. E quando sentiu alguma chance, apesar de todas as suas proclamações de neutralidade, armou, equipou e fez desembarcar o exército guerrilheiro de Flores no território uruguaio, em abril de 1863. (CALDEIRA, 1995, pp.403-404).

A referência do autor a Bartolomé Mitre circunscreve não apenas a figura do presidente da Argentina, mas principalmente à classe que ele representava, os comerciantes da oligarquia importadora de Buenos Aires e, secundariamente, os grandes criadores e charqueadores de Buenos Aires.

Caldeira escreve que o presidente argentino teria manipulado o governo imperial, levando-o a atacar os uruguaios, alegando que a honra do país havia sido ferida. Além disso, teria explorado uma rivalidade latente existente entre Mauá, que defendia o progresso pela industrialização, e o Imperador, que acreditava em uma política mais conservadora, ligada à agricultura monocultora e escravista de exportação:

[...] em janeiro, mandou um emissário especial, o embaixador Marmól, ao Rio de Janeiro. Sua missão: dizer ao imperador que, embora neutra, a Argentina veria com muito bons olhos uma intervenção brasileira no Uruguai que salvasse a honra ferida do imperador e os “direitos ofendidos” dos brasileiros. E para oferecer argumentos adicionais contra o maior inimigo brasileiro do projeto, tratou de intrigá-lo: mandou publicar algumas cartas secretas de Mauá a Flores e ao governo argentino, escritas na época em que tentava o acordo de paz. O conteúdo dessas cartas era pouco claro, mas isto vinha a propósito para sustentar a interpretação de que o banqueiro metia o nariz onde não deveria [...]. Enquanto colhia resultados no Brasil, Mitre reforçou a política de provocações e pequenos incidentes diplomáticos no Uruguai para ter mais munição nas manobras de acossar o governo vizinho e vender ao governo brasileiro a versão de que eles, e não os argentinos eram os agressores na região. Quando vinham reclamações uruguaias, manifestava sempre sua “mais completa neutralidade” nas questões internas do país – e mandava cópias delas para Marmól usar no Brasil. (CALDEIRA, 1995, p.410)

O Brasil estaria em uma crise econômica após a política de Itaboraí de restringir a circulação de moedas, contrariando a ideia de Mauá. A política econômica do gabinete conservador liderado por Itaboraí se revelou completamente equivocada. A restrição à

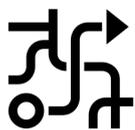


circulação de moedas demonstrou que o Império marchara em direção à crise que estourou na metade da década de 1860 com a falência da casa bancária de Antônio José Alves Souto. Junto com a casa, Souto e muitas outras empresas seguiram o caminho da falência e até Mauá acabou sendo chamuscado pelo incêndio. O governo teve de esquecer a política conservadora de contenção elaborada por Itaboraí e emitir dinheiro. Mas do Prata vieram notícias que mudaram as atenções do país. Uma delas foi a vitória de Flores em 20 de fevereiro de 1865. Mas uma notícia ainda iria ser, para muitos, a sua salvação. A apreensão do navio Marquês de Olinda em 12 de novembro de 1864 por ordens do presidente paraguaio Solano López. Notícia, também, que muito convinha ao presidente argentino Mitre. (CALDEIRA, 1995).

O presidente do Paraguai, Francisco Solano López, era a grande vítima da invasão. Sem o Uruguai, temia cair de vez em mãos argentinas; com o rio aberto, temia o progresso do Mato Grosso, concorrente em tudo o que produzia. Para se livrar dos perigos, ousou: invadiu o Mato Grosso e a Argentina. Não eram grandes invasões, mas mais escaramuças de fronteira, que em outras circunstâncias se resolveriam facilmente depois de umas tantas conversas diplomáticas. Mas naquele momento, transformaram-se na grande oportunidade para desviar a atenção da crise, calar as discussões que começavam, suspender a corrente mudancista, revigorar a força dos amigos do governo. A política de agir para fora para livrar-se das discussões internas se justificavam mais do que nunca. O próprio imperador, depois de duas décadas e meia de um governo entremeadado por conferências e deleites intelectuais, sentiu que tinha de agir pessoalmente para fazer o desvio [...]. Não que ele gostasse muito da ideia, mas sabia que não poderia ser diferente. Era melhor jogar o futuro de seu reinado nesta aventura que enfrentar a borrasca em casa. (CALDEIRA, 1995, pp.422-423)

Segundo Caldeira, para o Imperador convinha manter as atenções contra um inimigo externo, pois, assim, os erros da política interna ficariam camuflados. Se bem que as necessidades políticas conjunturais do Império contribuíram certamente para a guerra, não foram as determinantes, em um processo que, como vimos, expressava políticas e necessidades gerais e antigas do grande Estado escravista.

Também para Bandeira, as reivindicações do Paraguai sobre o Mato Grosso não eram despidas de razão, pois haviam sido terras claramente pertencentes àquele país, no período colonial, ocupadas pela expansão da fronteira luso-brasileira. Dando lastro a essa assertiva, em seu livro *“El Mariscal López”*, o historiador paraguaio Juan Emiliano O’Leary escreve que, quando da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777) entre Portugal e Espanha, os territórios ocupados pelos portugueses foram devolvidos ao Paraguai. Seus domínios avançariam ao sul dos limites do Mato Grosso. A partir daquele momento, os paraguaios seriam donos daquela região territorial de fato e de direito. No entanto, sucessivamente, o Estado português, luso-brasileiro, e brasileiro sempre quiseram estender seus domínios até o rio Apa. (O’LEARY, 1921).

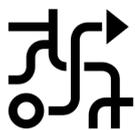


Mário Maestri nos dá mais motivos para a preocupação do presidente paraguaio com o fato de que Montevideu poderia cair nas mãos de aliados do Brasil e da Argentina.

A exteriorização do Paraguai, através do comércio exterior, era uma necessidade premente para a reorientação mercantil implementada por Carlos Antonio López e prosseguida por seu filho. Uma bacia do rio da Prata controlado por Buenos Aires – ou pelo Império – significava o fim do livre acesso ao mercado do Prata e mundial e a dissolução das bases materiais e sociais da reorientação empreendida após a morte do doutor Francia, com o possível fim da própria ordem lopista. Não havia exagero na proposição de que a autonomia da República do Paraguai dependia da autonomia do porto de Montevideu. (MAESTRI, 2017, p.52)

Acompanhando a disputa entre Argentina e a República Oriental do Uruguai, o presidente Solano López, depois de ser repetidas vezes notificado pelos uruguaios a respeito das intenções argentinas com a militarização da ilha de Martin Garcia, solicitou ao governo Mitre explicações a respeito de suas atitudes. Entretanto, diante das seguidas solicitações de justificativas por parte do governo paraguaio, os argentinos ou respondiam com evasivas ou sequer davam qualquer resposta. O governo uruguaio chegou a solicitar uma arbitragem internacional, que foi recusada pelo fato de eles quererem incluir entre os árbitros, Francisco Solano López, além do imperador Dom Pedro II. Caso essa exigência uruguaia fosse atendida, López e o Paraguai entrariam como parte interessada no litígio envolvendo Uruguai e Argentina. E era exatamente isso o que tanto Mitre como os imperiais queriam evitar, deixando o Paraguai isolado na questão. Apenas em início de 1864, Francisco Solano López enviou formalmente solicitação para que o governo Argentino explicasse a situação da ilha Martin Garcia, ressaltando que a independência uruguaia era imprescindível para o equilíbrio de forças na América do Sul e que a militarização da referida ilha poria em risco a República Oriental. Somente neste momento, López iniciou os preparativos para uma intervenção contra o governo de Bartolomé Mitre, contando para tanto, receber auxílio de Justo José de Urquiza. Porém, quando Solano López obteve autorização do parlamento paraguaio para declarar guerra à Argentina de Mitre, encontrou outro inimigo: o Império do Brasil e um cenário que já lhe era totalmente desfavorável, caindo em uma armadilha meticulosamente armada por Mitre, onde o Paraguai entrava em uma guerra que não poderia vencer. A essa altura, o Uruguai, sob comando de Venâncio Flores já estaria alinhado aos imperiais e à Argentina. (MAESTRI, 2017, pp.52-55).

Então, qual a importância da intervenção brasileira no Uruguai para o início da Guerra do Paraguai? Seria ela o início do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança? Existe essa relação entre a intervenção brasileira e o ataque paraguaio ao Mato Grosso? Ou estes dois eventos ocorreram de forma independente? Esta questão é bastante polêmica,

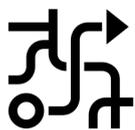


pois dependendo da resposta, fica clara a posição historiográfica de quem está escrevendo. Ao adotar a visão de que o Paraguai invadiu o Brasil, sem levar em consideração a intervenção brasileira no Uruguai, tem como objetivo justificar a ação brasileira nos atos seguintes, bem como a guerra, apresentando o Paraguai como agressor. Esta visão foi passada pelos argentinos na invasão de Entre Rios e Corrientes, sem, entretanto, mencionar o pedido feito pelo presidente paraguaio para cruzar o território. E basta lembrar-se também, de que esta visão foi propalada desde a guerra, para, no Brasil, conseguir dar popularidade ao conflito e conseguir com isso, que as pessoas se alistassem nos batalhões de Voluntários da Pátria. Mas esta visão corresponde à verdade?

Em nosso ponto de vista, vemos que o Paraguai tinha no presidente Anastasio Cruz Aguirre (1801-1875), um aliado. Desde o governo Carlos Antonio López (1790-1862), o país vinha se modernizando, mas precisava de um porto. E havia o medo de que caso o Uruguai ficasse sob o comando do partido *Colorado*, este acesso lhe fosse dificultado, em virtude da relação mais amigável deste grupo político com o Brasil, com quem o Paraguai tinha divergências, já mencionadas neste artigo. Na Argentina, o poder estava também nas mãos dos liberais-unitários de Buenos Aires, agora no governo do país com Bartolomeu Mitre. López acabou se vendo rodeado de potenciais inimigos, sendo que o presidente argentino não perdia a oportunidade de apoiar os inimigos dos seus inimigos, como fez no Uruguai, armando Venâncio Flores para que este tomasse o poder.

Ao Paraguai, era fundamental manter pelo menos um aliado que lhe garantisse acesso ao mercado internacional. Sendo assim, manter Aguirre no poder naquele país era uma questão muito importante. Por isso, Francisco Solano López ameaçou que caso o Brasil interviesse no Uruguai, este ato seria encarado como um ato de guerra contra o Paraguai. E caso este ato fosse levado a cabo, haveria represálias. Havia sim uma clara ameaça do presidente paraguaio ao Brasil, que mesmo assim, resolveu atacar o Uruguai. O imperador D. Pedro II atacou o Paraguai deliberadamente provocando o vizinho, com quem já tinha divergências, ou o governo imperial não levou a sério as ameaças paraguaias?

Saraiva primeiro procurou suavizar a proposta de intervenção militar imperial no país oriental, dando a eles condições para cumprir as exigências impostas. Esclarecia que o bloco político social com os quais pretendia construir sua iniciativa seria composto por cidadãos moderados dos *blancos*, os *colorados* e os estrangeiros. Ao mesmo tempo, José Antonio Saraiva fechou acordo com a Argentina de Bartolomé Mitre contra o nacionalismo do partido *blanco* e posteriormente contra o Paraguai. Já haveria, portanto, consciência por parte dos imperiais que uma intervenção no Uruguai, acabaria resultando em uma reação

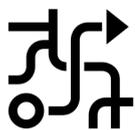


paraguaia, deixando mais uma vez clara nossa inclinação de que os imperiais tinham consciência de que ao colocar Flores no governo uruguaio, estavam provocando Solano López. Segundo nossa interpretação, este é o passo inicial da Guerra do Paraguai. Antes mesmo de apresentar o ultimato, o Império já se preparava para o conflito, visto que, liderado por Joaquim Marques Lisboa, o futuro Barão de Tamandaré, armou uma vasta frota naval na baía de Montevideu. Com o ultimato, seriam propostas 63 reclamações, consideradas desmedidas pelo governo uruguaio, sendo inclusive que muitas teriam sido cometidas durante o governo Flores. Saraiva se negou a discutir as reclamações do governo uruguaio, que mencionavam, sobretudo o roubo do gado de seu país para o Rio Grande do Sul, de propriedades e a utilização do trabalho escravizado. Saraiva demonstrava em sua missão, que tencionava impor suas condições pela força ou arrumar um pretexto para a intervenção no Uruguai com a consequente troca de governo. (MAESTRI, 2017, pp.68-70).

Em primeiro lugar, conforme já foi citado, havia já desde o ano de 1857, um estudo meticuloso a respeito da topografia, do clima e das doenças existentes no território paraguaio, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por que foi feito este estudo e para quem? Em segundo lugar, não nos parece lógico que um governo não levaria a sério uma ameaça de ataque militar. Principalmente em se tratando de um país com quem já havia divergências e questões mal resolvidas por causa de fronteiras e da navegação dos rios. E em terceiro lugar, nos parece sim, seguindo interpretações do historiador Francisco Doratioto, em *“Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai”*, de 2002, que o governo brasileiro considerava sim a possibilidade de ter de se defender e entrar em uma guerra contra o Paraguai, mas acreditava que venceria facilmente, pela ausência de bons comandantes militares no potencial inimigo, além de ter como certa a aliança com Argentina de Mitre. Ou seja, não é que o Brasil acreditava que o Paraguai estava blefando quando ameaçou atacar, mas sim, podemos dizer que o governo imperial subestimou o inimigo. Dessa forma, somos levados a crer que a intervenção imperial no Uruguai foi o primeiro passo da Guerra do Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme colocado na premissa, o objetivo deste artigo foi analisar a crescente tensão existente entre Brasil e Paraguai, principalmente a partir da década de 1850 até o desencadeamento da guerra, ocorrida entre 1864 e 1870. Divergências cujas resoluções foram sendo postergadas até chegarem a um ponto em que não haveria como resolvê-las de



forma pacífica. E nesse caso, a guerra foi usada como braço da diplomacia. É claro que as divergências apontadas no desenrolar do texto não foram as únicas, como fica claro na parte final do artigo, mas não podemos duvidar que tiveram uma importância significativa.

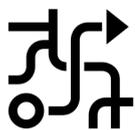
Como foi possível averiguar, tomando como base a revisão bibliográfica dos autores que escrevem sobre as questões políticas e econômicas da região do Rio da Prata no século XIX, bem como sobre a Guerra do Paraguai, podemos considerar que as relações entre os governos brasileiro e paraguaio foram agravando as divergências até elas não poderem mais ser resolvidas no campo diplomático.

Em um primeiro momento, o Paraguai se manteve isolado para sustentar sua independência. Entretanto, com o fim do governo de José Gaspar Rodrigues de Francia, o novo governante, Carlos Antonio López passou a pensar em inserir o país na geopolítica platina. Mas ainda havia o risco de uma investida de Buenos Aires sobre a república paraguaia, personificado na figura do governante da antiga capital do Vice-Reinado do Rio da Prata, Juan Manoel de Rosas. Seu governo iria terminar em 1852 e marcaria um divisor de águas.

Até então, o Brasil não havia agido de modo mais incisivo sobre as questões referentes à navegação dos rios platinos, nem sobre a fronteira com o Paraguai, pois havia Rosas como inimigo comum. O Paraguai precisava sustentar sua independência e ao Brasil não interessava que seu vizinho caísse sob domínio do governante de Buenos Aires. Mas após a queda deste, as divergências entre Brasil e Paraguai foram se tornando cada vez mais agudas, ao ponto de quase terem saído do campo diplomático para o militar ainda em 1854. Tratados seriam assinados, mas a solução fora apenas postergada, sem nunca chegar a um termo.

Destacamos também, que não foram estas as únicas causas da Guerra do Paraguai. O Brasil passava por momento em que a escravidão era atacada dentro e principalmente fora do Brasil (1850 é assinada a Lei Eusébio de Queirós, interrompendo o tráfico transatlântico de escravos). Tornava-se útil encontrar um inimigo externo para voltar as atenções e forjando um motivo para suscitar um sentimento de unidade nacional. E uma guerra contra outro país acabou servindo em partes para este objetivo, pelo menos em um primeiro momento.

Havia o problema no Uruguai, onde brasileiros ocuparam a parte setentrional deste país e viam seus privilégios de poderem trazer o gado sem pagar impostos serem cerceados pelo governo Aguirre. Com isso, imperiais passaram a apoiar o golpe de Flores contra o presidente constitucional. O Brasil interviu no Uruguai, mesmo sendo advertido pelo

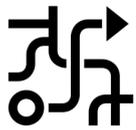


presidente paraguaio Francisco Solano López de que isso significaria um ato de guerra também contra o Paraguai. Mesmo com a ameaça paraguaia, o Brasil levou a intervenção no Uruguai adiante, o que nos leva a crer que poderia estar buscando com isso, um confronto com o Paraguai.

Consideramos que a Guerra do Paraguai passou a ser inevitável após 1850. A pergunta não era se ela iria ocorrer, mas quando. As constantes divergências, a dificuldade em se chegar a um acordo, a protelação de questões que poderiam ser resolvidas, mas que só se agravavam com o tempo, como a das fronteiras e da navegação dos rios platinos, bem como posteriormente a questão uruguaia, fizeram com que a guerra fosse um fim do qual não se poderia fugir. Poderia ser adiado, mas não evitado.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. 2a São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.
- MAESTRI, Mario. *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva (1864-1865)*. Passo Fundo: FCM, 2017.
- MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. *Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 36(47):5-53, 1873
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo. Sua vida. Suas opiniões, sua época, Tomo Primeiro 1813-1857. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.
- O'LEARY, Juan E. *El Mariscal Solano López. Asunción: Casa America - Moreno HNOS*, 1921.
- TEIXEIRA, Fabiano Barellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção [1854-5]*. Dissertação de Mestrado, Passo Fundo, 2012.
- THOMPSON, George. *A Guerra no Paraguai*. Rio de Janeiro: RCMP, 2014. (Edição para Kindle).



Recebido em: 19/02/2021

Aprovado em: 04/06/2021